

## **Primeira Edição do Concurso de Resenhas**

### Resenha Crítica do Artigo "Restaurar o Estado é preciso", de Maria da Conceição Tavares

Kleyton Vieira Sales da Costa \*

---

\*Estudante de Ciências Econômicas (ICSA) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1 Resenha Crítica do Artigo "Restaurar o Estado é preciso", de Maria da Conceição Tavares

A presente resenha propõe analisar, de maneira descritiva e crítica, o artigo escrito por Maria da Conceição Tavares, economista vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro na condição de professora emérita. O artigo aborda a temática da restauração do papel do estado no processo de desenvolvimento social e econômico do Brasil. Dividindo-se em três seções sendo a primeira destinada à introdução, a segunda à necessidade de ações que restaurem o papel transformador do estado brasileiro e a terceira à discussão da renda mínima.

No texto introdutório, a autora aborda a crise econômica, política e social brasileira. Parte-se de um cenário no qual a democracia foi ignorada pela associação íntima entre aquilo que é considerado vantajoso pela classe política e a inexistência de empatia coletiva por parte da elite brasileira. Assim, ambos os atores se posicionam de forma descompromissada ao esforço de reconstrução do país. A autora contrapõe a formação, considerada abundante, de lideranças políticas e empresariais no período da ditadura militar, iniciada em meados da década de 60, com a escassez de quadros competentes dos dias atuais - não se esquecendo de salientar o caráter repudiável da ditadura em outros aspectos. Sendo a operação "Lava Jato" um fato relevante nesse processo, por ter sido iniciada com propósitos considerados legítimos e passado a atuar no sentido contrário às justiça democráticas, impactando negativamente setores importantes da economia brasileira e criando um perigoso senso de "moralidade inquestionável" por parte da opinião pública. A percepção da autora com relação à "Lava Jato" é pertinente para se entender os desdobramentos do cenário político brasileiro atual e futuro, uma vez que a operação ocupa, ainda hoje, o cúmulo da moralidade no imaginário de uma parcela significativa da população brasileira. Essa posição é em parte devida ao combate aos esquemas de corrupção na esfera política e empresarial. Entretanto, uma parcela significativa é fruto do caráter partidário das ações, levando em consideração o direcionamento para determinado grupo político. Por consequência, passando a servir como um braço de apoio para as demandas da elite brasileira e contribuindo, direta ou indiretamente, para desmantelar qualquer iniciativa voltada para políticas de distribuição de renda e mitigação das desigualdades.

Sem deixar de apontar a fragilidade democrática também no ambiente internacional, a autora aponta que no caso brasileiro o cenário é de insuficiência dos pensamentos contrários a uma referida "mediocridade alastrada". O país necessitaria de causas, bandeiras, propósitos etc. Impressionando a rapidez do processo de avaria econômica, política e social. No texto,

Maria da Conceição Tavares não expõe que o processo de criação de símbolos e propósitos estaria, de fato, sendo articulado. Porém, essa articulação era por parte das elites e da direita reacionária. Internacionalmente, a extrema-direita fez um movimento ambicioso para alcançar o poder em diferentes países. Esse processo possui como assinatura o que ficou conhecido como *fake-news*. Trata-se de uma disseminação irrestrita de notícias falsas e desinformação através das redes sociais, fazendo com que grande parte da população seja influenciada por narrativas desconectadas da realidade e que favorecem os interesses políticos de agendas que, historicamente, não tem uma boa receptividade na opinião pública. Essas iniciativas ocorreram explicitamente na campanha presidencial estadunidense de 2016, sendo articulada e favorecendo o candidato eleito, Donald Trump; no processo de saída do Reino Unido da União Europeia, o agora consolidado *Brexit* e; na campanha presidencial brasileira de 2018, sendo articulada e favorecendo o candidato eleito, Jair Bolsonaro. Assim, na experiência brasileira, o ideário popular foi em grande medida manipulado pela fantasia dicotômica entre a "nova política"(que lutava pela moral, pelos bons costumes, pelo progresso etc.) e a "velha política" (que lutava pela imoralidade, pelo falta de zelo com a coisa pública, pela corrupção etc.). Com boas doses de exagero, desinformação, mentiras e enganações o resultado não poderia ser diferente, e a autoproclamada "nova política" conquistou o poder.

A concepção de um Estado atuando como agente central para o desenvolvimento, segundo a autora, foi suprimida pelo ideário de *Estado mínimo* e a sua esperança de prosperidade econômica a partir da não intervenção estatal. Com isso, estaríamos destruindo as forças propulsoras que restam para um crescimento econômico pautado na inclusão social e na melhoria da distribuição de renda. De fato, a mencionada "nova política", propõe que o Estado diminua ou retire a sua participação daqueles setores em que exista interesse por parte da iniciativa privada. Porque, caso contrário, ele estaria interferindo prejudicialmente no funcionamento dos mercados. O Estado deveria atuar apenas em áreas consideradas estratégicas, mesmo não se delimitando, de forma clara, quais seriam esses setores estratégicos e aqueles sobre os quais a iniciativa privada teria interesse. Esse processo de diminuição da ação do Estado, em países como o Brasil, abre margem para o aprofundamento das desigualdades, uma vez que a estrutura social brasileira é um dos entraves mais significativos para o seu desenvolvimento.

Para a autora, em função da impossibilidade de articulação com as classes política e empresarial, a melhoria do cenário exposto se daria através da juventude e pela restauração do Estado. E as medidas de modernização do Estado ocorridas na década de 1930 tonificam o argumento da reestruturação estatal, levando-se em consideração que naquele período o país também se encontrava acometido por uma crise. Apesar disso, quando comparado com

muitos países da África Subsaariana ou da América Central, o Brasil é um país detentor de ampla base cultural e uma tradição intelectual bem estabelecida. Um dos fatores que mais contribuem para o seu subdesenvolvimento é o da supercompensação de agentes econômicos

- parte significativa da elite - que não são recompensados por prestarem serviços de altíssima qualidade ou contribuir para o avanço técnico-científico do país, mas que sustentam um monopólio através de posições políticas ou privilégios, no que Galbraith (1972, p. 209) define como *renda não-funcional*. Assim, estamos inseridos em um cenário complexo em que o fortalecimento do Estado *per se* não é condição suficiente para a melhoria das condições de vida dos mais pobres - que configuram a maioria da população. A conscientização da juventude realmente se mostra como um fator decisivo para um projeto de país mais justo e igualitário, rico em oportunidades.

Na segunda seção, a autora apresenta o Estado como um agente que ao longo da história foi sinônimo de competência intelectual, habilidade técnica e provido de capacidade de formulação de políticas públicas de alto impacto. Havendo, assim, a necessidade de que o Brasil retome uma estrutura estatal com potencial de transformação. E isso ocorreria por um movimento reformista ou por uma revolução, sendo a primeira mais eficaz. A história recente do país tem mostrado que o movimento reformista se deu no sentido oposto ao que a autora apresenta, buscando reduzir o papel do Estado como um agente propulsor para o desenvolvimento e contribuindo para a retração de avanços sociais conquistados nas últimas décadas. Com destaque para as reformas previdenciária e trabalhista, o objetivo mais geral alcançado foi o de retirar dos trabalhadores uma parte da proteção social promovida pelo Estado, fazendo com que a iniciativa privada amplie os seus resultados através da diminuição dos custos do trabalho.

Na última seção, a autora discorre sobre a renda mínima. O Brasil estaria no sentido oposto das políticas que vem sendo elaboradas e executadas em alguns países centrais. Cita-se o desenvolvimento de programas voltados para a renda mínima no Canadá, na Finlândia, na Holanda e nos Estados Unidos (Alaska). A abrangência dessas medidas estaria presente na defesa que tiveram por dois economistas teóricos do liberalismo, F.A. Hayek e Milton Friedman, que acreditavam na renda mínima como uma medida substituta para ações paternalistas e descentralizadas do Estado. Esses economistas eram defensores de uma renda mínima, ou um imposto de renda negativo, que assegurasse a subsistência de todos os cidadãos. Cabe aqui ressaltar que a renda mínima extrapola uma camada de benefícios mais aparentes, como o combate à fome e a distribuição de renda, agindo como ferramenta de valorização da dignidade humana, resgatando o direito à cidadania. Das iniciativas brasileiras, a autora diz que o programa Bolsa Família teria sido um projeto promissor que não avançou. E uma

melhor distribuição de renda caracterizaria a redução significativa da pobreza no país. No entanto, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, o programa Bolsa Família ainda representa uma fração significativa da renda familiar e garante, assim, a supressão de suas necessidades básicas de consumo. Faz-se necessário enfatizar a sua importância a fim de não abrir margem para interpretações equivocadas ou mal intencionadas, mesmo que saibamos que ainda é preciso avançar muito na redução das desigualdades e criação de oportunidades para a parcela da população brasileira que se encontra em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica. Com a pandemia provocada pela Covid-19, a transferência direta de recursos do Estado para as famílias entrou na pauta de muitos países, incluindo o Brasil. E esse pode ser o estopim para as referidas ações voltadas para a melhoria da distribuição de renda.

A discussão proposta por Maria da Conceição Tavares se mostra relevante e antecipa processos que aprofundaram a crise política, social e econômica no Brasil. Alinhada com a história do país e a partir de uma base de entendimento ampla com relação aos movimentos políticos e econômicos que o guiam, a autora apresenta de forma precisa quais são as carências do país e o caminho necessário para as suprir. Leitura recomendada para quem busca começar a entender de que maneira o Brasil conseguiu encontrar um porão no fundo do poço.

### Referências

GALBRAITH, J. K. *Economia, paz e humor*. São Paulo: Artenova, 1972. Citado na página 3.

TAVARES, M. da C. Restaurar o estado é preciso. *Inteligência*, n. 79, p. 201–204, 2017. ISSN 1517-6940. Disponível em: <<https://www.insightinteligencia.com.br/pdfs/79.pdf>>. Citado na página 2.